

RECURSO ESPECIAL Nº 1.211.728 - MS (2010/0161951-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ADIR LIMA CARRIJO E OUTROS
ADVOGADO : GABRIEL ABRÃO FILHO E OUTRO(S) - MS008558
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
PROCURADOR : ROSALINO RODRIGUES HOLSBACH E OUTRO(S) - MS012527B

DECISÃO

FRANCISCA APARECIDA DA CRUZ, por meio da petição de fl. 345, "requer seja homologada a desistência da ação, bem como dos recursos interpostos, extinguindo o processo apenas e tão somente com relação a Sra. Francisca Aparecida Da Cruz, nos termos do art. 485, VIII, do CPC" (fl. 345e).

Intimado para manifestar-se, o município requerido "não concorda com o pedido de desistência da ação e dos recursos interpostos, formulado pela autora Francisca Aparecida da Cruz, tendo em vista não ser passível de homologação o pedido de desistência apresentado após a prolação da sentença, sobretudo, pois o processo já ter sido julgado por todas as instâncias restando pendente apenas o julgamento do Agravo Interno" (fl. 360e).

Na forma da jurisprudência do STJ, "**a desistência da ação** é instituto de natureza eminentemente processual, que possibilita a extinção do processo, sem julgamento do mérito, **até a prolação da sentença**. Após a citação, o pedido somente pode ser deferido com a anuência do réu ou, a critério do magistrado, se a parte contrária deixar de anuir sem motivo justificado. A demanda poderá ser proposta novamente e se existirem depósitos judiciais, estes poderão ser levantados pela parte autora. Antes da citação o autor somente responde pelas despesas processuais e, tendo sido a mesma efetuada, deve arcar com os honorários do advogado do réu" (STJ, REsp 627.022/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 13/12/2004).

Com efeito, nos termos do art. 485, § 5º, do CPC/2015, "a desistência da ação pode ser apresentada até a sentença", motivo pelo qual deve ser indeferido o pedido de desistência de fls. 257e, formulado após o julgamento do Recurso Especial.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO FORMULADO APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL.IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se, na origem, de Ação Ordinária proposta contra o Distrito Federal, objetivando a condenação do recorrido ao pagamento de parcelas vencidas do benefício 'auxílio-alimentação'.

2. **A desistência da ação é instituto de natureza eminentemente**

processual, que possibilita a extinção do processo, sem julgamento do mérito, até a prolação da sentença. Após a citação, o pedido somente pode ser deferido com a anuência do réu ou, a critério do magistrado, se a parte contrária deixar de anuir sem motivo justificado.

3. No caso dos autos, já houve inclusive julgamento e provimento do Recurso Especial interposto pelo Distrito Federal, razão pela qual se mostra impertinente o pedido.

4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg na DESIS no REsp 1.436.949/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2014).

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de desistência da ação e, nos termos dos arts. 998 do CPC/2015 e 34, IX, do RISTJ, **homologo** o pedido de desistência do Agravo Interno, relativamente à agravante FRANCISCA APARECIDA DA CRUZ.

Após, retornem os autos conclusos para julgamento do Agravo Interno de fls. 332/340e, quanto aos demais agravantes.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora